

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE –
FANESE NÚCLEO DE PÓS – GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
MARKETING, COMUNICAÇÃO INTEGRADA E
ASSESSORIA
TURMA III**

SÓSTINA SILVA SANTOS

JORNALISMO E EPIDEMIA EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

**ARACAJU/SE
2018**

SÓSTINA SILVA SANTOS

JORNALISMO E EPIDEMIA EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Marketing, Comunicação Integrada e Assessoria do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Negócios de Sergipe (FANESE), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Marketing, Comunicação Integrada e Assessoria.

Orientador (a): Prof^a MsC Rita Simone Liberato

**ARACAJU/SE
2018**

SÓSTINA SILVA SANTOS

JORNALISMO E EPIDEMIA EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Marketing, Comunicação Integrada e Assessoria

Rita Simone Liberato (avaliador)

Allan Alberto Santos de Oliveira (coordenador do curso)

Sóstina Silva Santos (aluna)

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 16 de janeiro de 2018.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar os percursos teóricos e metodológicos traçados nas pesquisas acadêmicas que articulam jornalismo e epidemia. Conhecer essa relação ajuda a perceber também, em certa medida, como é a relação entre jornalismo e saúde no âmbito da academia, e, mais ainda, a conhecer os estudos que se inserem no campo da *Comunicação e Saúde*. A metodologia usada para atingir esse propósito foi o estudo bibliométrico de trabalhos publicados entre 2010 e 2017 com ênfase na relação entre jornalismo e epidemias. Em seguida foram selecionados 10 trabalhos mais relevantes para a discussão, e observados os modelos teóricos utilizados, as metodologias e os resultados alcançados por esses estudos. Os desfechos apontam que mídia e epidemia foram fundamentados, em grande parte dos trabalhos, a partir das perspectivas teóricas da Teoria da Interpretação e da Teoria da Representação, e que a investigação frequentemente se assentou sob os procedimentos metodológicos da análise do discurso, de linha francesa. Existe nessas discussões, também, a tendência em correlacionar as relações de poder entre jornalistas *versus* audiência, e o saber científico das fontes oficiais (médicos e especialistas) *versus* jornalistas. No entanto, apesar do posicionamento descritivo e crítico dos trabalhos, não foram encontrados esforços propositivos para guiar a prática jornalística ao noticiar epidemias.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Aspectos sócio históricos da atividade jornalística....	2
3. Mídia e Saúde	4
4. Metodologia	6
5. Como se debruça a academia?.....	6
6. Considerações finais	12
7. Referências	13

1 INTRODUÇÃO

De caráter bibliográfico, as pesquisas que buscam criar um “estado da arte” sobre determinado assunto têm em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica constituída em diferentes campos do conhecimento, tentando responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de quais formas e em quais condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários.

Desse modo, o intuito deste trabalho é verificar os percursos teóricos e metodológicos traçados nas pesquisas acadêmicas, que articulam jornalismo e epidemia. Conhecer essa relação ajuda a perceber também, em certa medida, como é a relação entre jornalismo e saúde no âmbito da academia, e, mais ainda, a conhecer os estudos que se inserem no campo da *Comunicação e Saúde*.

O diagnóstico resultante desse estudo é valioso, sobretudo, aos que se debruçam em pesquisas nesse vasto, e já consolidado, campo, pois permite conhecer autores contemporâneos, bibliografias utilizadas bem como resultados e discussões recentes, para que, dessa maneira, novos trabalhos avancem com perspectivas teóricas e metodologias cada mais consistentes.

A metodologia para execução do objetivo aqui exposto foi a pesquisa bibliográfica de estudos publicados entre 2010 e 2017 que se propuseram analisar a presença das epidemias na mídia. Os bancos de dados de teses, dissertações, anais e periódicos disponibilizados eletronicamente, foram consultados com as palavras-chaves “mídia” + “saúde”, “mídia” + “epidemia” e “jornalismo + epidemia”, em seguida selecionados de acordo com a pertinência e proximidade com o objetivo desse estudo.

Para fundamentar e situar o leitor nessa discussão, este artigo contextualiza a atividade jornalística, seu desenvolvimento no século XIX para, logo em seguida, estabelecer relação da atividade com o campo da saúde no âmbito acadêmico.

2. ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA

Uma vez que o trabalho se propõe a tratar da abordagem noticiosa de epidemias, é imprescindível contextualizar a atividade jornalística e seu papel de mediação entre os fatos e a sociedade civil sobre o que é de interesse público/coletivo. A temática saúde, neste caso, configura-se como nítido exemplo de interesse público, sobre o qual todos precisam/devem ter o mínimo conhecimento. De acordo com a pesquisa de opinião pública, *A saúde na opinião dos brasileiros*, realizada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, em 2003, a saúde é o principal problema enfrentado pelos brasileiros, seguido de desemprego. Cabe à atividade jornalística, neste ponto, o papel de fornecer informação qualificada, através do processo de mediação, para que a população/audiência tenha conhecimento de seus direitos, da estrutura de funcionamento da saúde pública no Brasil, do que está sendo planejado e executado no âmbito da saúde, e de maneira consequentemente, possa cobrar da esfera governamental.

Essa visão do jornalismo enquanto ponto intermediário entre público e fatos relevantes, é compreendida aqui pela perspectiva teórica do paradigma da mediação. Tal modelo, de raiz norte –americana, estruturou toda a prática jornalística nos Estados Unidos, e no Brasil, uma vez que esse baseia-se no modelo norte-americano de produzir notícias. A mediação não abre mão de valores considerados fundamentais para a existência do jornalismo enquanto prática profissional, a exemplo da relevância e objetividade como parâmetros norteadores. Essa perspectiva influenciou, nas sociedades democráticas, tanto a construção dos paradigmas profissionais quanto a caracterização das empresas jornalísticas ao cobrir e noticiar determinado tema, exigindo dos profissionais do jornalismo, por sua vez, determinadas competências de ordem técnico-cognitiva, como o saber reconhecer quando determinado assunto é notícia, saber apurar, saber narrar, e saber para quem narrar. (BENEDETI, 2009; GUERRA, 2008).

Por esse paradigma o conceito de verdade é tido como um dos parâmetros de prática e conduta que jornalistas devem seguir (GUERRA, 2008, p.143), uma vez que as pessoas, de maneira cotidiana, recorrem aos noticiários para se inteirar sobre os acontecimentos do dia-a-dia que não puderam acompanhar in loco, e, portanto, consumir a “verdade” por meio do jornal. Tal pressuposto tem como herança os ideais democráticos de liberdade, igualdade e pluralismo.

O jornalismo e a democracia desenvolveram-se sob uma relação de mútuo

fortalecimento na história ocidental; essa relação influenciou tanto o conceito de jornalismo quanto o de democracia. Na prática profissional e nos relatos jornalísticos, **os ideais democráticos de liberdade, igualdade, e pluralismo se fizeram presentes, principalmente:** 1) na concepção do jornalismo como uma ferramenta de emancipação do público; 2) no direito de execução do jornalismo livre de interferências ou censura; 3) na defesa da universalidade de temas e fatos abordados pelo jornalismo; 4) no respeito à pluralidade de opiniões que eles suscitam. (BENEDETI, 2009, p.50)

Para Kovach, Rosenstiel (2004, p. 30) no jornalismo esses princípios são definidos “[...] pela função das notícias na vida dos indivíduos”. Conforme os autores, as notícias, por sua vez, têm a função de aproximar indivíduos de conhecimentos sobre o mundo, inteirar-se sobre fatos do cotidiano e conhecer seus direitos, por meio de cada edição, em diferentes editorias, cultura, saúde, economia, política e educação. Em decorrência da impossibilidade humana de onipresença e onisciência, o jornalismo surge como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987), que parte da realidade dos fatos mais relevantes para construir os relatos. Desse modo, os produtos jornalísticos apresentam organizadamente, tudo o que pretensamente seria mais importante saber. “As notícias nos fornecem senso de orientação para nos movermos no mundo” (GOMES, 2016).

Esse conjunto de valores, princípios e condutas que constituem o *ethos* profissional do jornalismo foi construído por meio de um processo sócio-histórico que teve início no século XVII, inicialmente na Europa com a produção de notícias na Inglaterra e Alemanha, mas que só se institucionalizou a partir da Revolução Industrial e gradativa profissionalização dos jornalistas no século XIX, nos Estados Unidos, através do surgimento da *penny press*, os famosos jornais vendidos a um centavo de dólar. Schudson (1978) *apud* Franciscato (2005, p. 36) aponta a acelerada industrialização do jornalismo e a formação de um mercado de leitores no século XIX, como base para o estabelecimento do modelo norte-americano de fazer jornalismo. Esse, por sua vez, consolidou-se nos princípios democráticos que singularizam a prática da adoção da verdade e da objetividade, nas técnicas e relatos noticiosos.

Nesse mesmo século, mudanças de ordem tecnológica, a exemplo do telégrafo, telefone, meios de transporte e novas máquinas de impressão, e de ordem econômica, como a produção do jornalismo pensado para e pelo viés mercadológico e a crescente contratação de repórteres, foram fundamentais para a definição de regras de conduta jornalística. (FRANCISCATO, 2005).

A partir daí, as organizações jornalísticas tornaram-se “empresas concorrentes” e a velocidade passou também a ser requisito na produção de notícias, o que, como pontua

Franciscato (2005, p. 170), “estimulou e criou subdivisões e hierarquias nas redações e na própria profissão”. Além das mudanças estruturais e hierárquicas dentro das organizações jornalísticas, surgiram, também, as subdivisões de editorias.

Esse modelo de indústria jornalística alcançou seu auge, segundo Meyer (2007, p.15), somente em 1920, ou seja, 130 anos após sua construção inicial. O segredo para esse sucesso, conforme o autor, foi a associação entre negócio empresarial e atenção autoconsciente à missão social. Historicamente o modelo já encontrava raízes, como aponta Nilson Lage (2005, p. 23) em 69 a.C, no Império Romano, quando “Júlio César determinou que os ‘atos do povo e do senado romano’ fossem diariamente publicados no fórum”, em decorrência do interesse por relatos do cotidiano por parte da população.

3. MÍDIA E SAÚDE

A *Comunicação e Saúde*¹, campo de investigação integrado às Ciências da Comunicação, ganhou consistência acadêmica a partir da década de 1990, época em que foram desencadeadas grandes epidemias que ganharam espaço midiático, como a AIDS e a tuberculose e, em que se discutia, também, a Reforma Sanitária brasileira e instituição do Serviço Único de Saúde (SUS).

Cavaca (2015) aponta em sua tese, três visões predominantes e distintas sobre a relação entre mídia e saúde, que despertam interesse de pesquisadores e centros de pesquisa no Brasil e no mundo. A primeira, e mais conflituosa, é a perspectiva dessa relação (mídia e saúde) como “um espaço de disseminação de discursos que muitas vezes se antagonizam com os das instituições de saúde pública”. Ou seja, a mídia é vista aqui, pelas instituições de saúde, como um instrumento de produção/reprodução de conteúdo pouco qualificada. A segunda parte da visão de que a mídia é o caminho mais eficiente e eficaz de levar as informações produzidas pela saúde, a exemplo das campanhas. Enquanto a terceira, que dialoga em certa medida com a primeira, vê a mídia “como lugar de embates pelo poder simbólico, ou de estratégias nesse mesmo embate, que se determina e se desdobra em distintos espaços”. Isto é, reconhece o papel aparente da mídia no processo de levar informação, mas também observa interesses que estão na essência desse processo.

¹ Neste artigo, adoto a perspectiva teórica defendida por Araújo e Cardoso (2007) do campo “comunicação e saúde”, ao invés das formas “comunicação em saúde”, “comunicação para a saúde” ou “comunicação na saúde”, comumente encontradas em trabalhos científicos e referenciadas em instituições de saúde, refletindo, muitas vezes, uma visão meramente instrumental da comunicação, a serviço dos objetivos da saúde.

Historicamente, práticas de comunicação estiveram associadas à Saúde Coletiva desde as primeiras políticas públicas de saúde, entre 1900 e 1920, época em que surgiam, no Brasil, diversas fábricas por meio da intensa exportação de café. No entanto, pela ausência de saneamento adequado à industrialização das cidades, multiplicavam-se as mortes por doenças infecciosas como malária, febre amarela, tuberculose e a peste bubônica. Nesse contexto, surge a necessidade de produzir informação de caráter coercitivo e orientada por práticas médico - sanitárias de convencimento da população (CAVACA, 2015).

Assim como o processo de industrialização trouxe a tendência de especialização em várias áreas da sociedade, também conferiu ao jornalismo novas características, que resultaram no surgimento de editorias específicas. Conforme De Miranda (2017), esse processo se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação e com a “formação de grupos sociais consumidores de mídia cada vez mais distintos” (p. 3). As novas demandas da audiência passam a ser, então, produtos jornalísticos segmentados por interesses, tanto pessoais como coletivos da sociedade como um todo, uma vez que as doenças se configuram simultaneamente como experiência privada e pública, devido ao impacto que causam tanto ao indivíduo particular como à sociedade (HERZLICH, 2004). Nesse sentido, as questões de saúde constituem exemplos desses interesses da audiência que, por sua vez, orientam a segmentação das editorias.

Nessa relação entre mídia e saúde, autores do campo Comunicação e Saúde, como Araújo e Cardoso (2007), Bueno (2001), Do Carmo Luiz (2006), Lerner (2007) e Ferraz (2012) coadunam no que diz respeito à relação entre as fontes oficiais da área, como médicos e especialistas, e jornalistas. Segundo seus estudos, há um jogo de poder onde o saber médico e o conhecimento científico são tidos sempre como verdades e, quase nunca, questionados pela atividade jornalística. Em decorrência disso, acentuam que as coberturas de saúde costumam ter qualificação pobre, uma vez que está condicionada apenas a um tipo de fonte (BUENO, 2001). Do Carmo Luiz (2006) explica que diferentemente da desconfiança que as fontes políticas despertam no senso comum, o saber médico e o saber científico possuem autoridade constituída historicamente na sociedade.

As notícias sobre saúde, em especial sobre risco, articulam-se ao desejo de medicalização de todo e qualquer sofrimento humano e à esperança de aumentar a longevidade e assim reproduzem e reforçam a imagem da ciência como a única capaz de produzir “verdades inquestionáveis”. No entanto, é possível fazer divulgação científica de outra forma, assumindo a posição de que em ciência também existem versões e divergências sobre determinadas afirmações, principalmente aquelas originadas nas pesquisas mais recentes –

tão caras ao jornalismo por terem o caráter de novidade e muitas vezes apresentarem o inusitado – que ainda são objeto de controvérsias. (DO CARMO LUIZ, 2006, P.62)

5. METODOLOGIA

O ponto de partida da pesquisa foi definir a opção pela busca dos artigos publicados em anais de eventos, em periódicos impressos (com versão eletrônica) ou eletrônicos disponíveis gratuitamente no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo), nos periódicos da CAPES e no Google Acadêmico. Em seguida, foram estabelecidas as palavras-chaves, que assim foram relacionadas: “mídia” + “saúde”, “mídia” + “epidemia”, “jornalismo + epidemia”.

Após a análise dos resumos gerados pelas buscas, os artigos não mais disponíveis nos sites de origem e todos aqueles que apresentavam discordância do objetivo desse trabalho foram devidamente excluídos do corpus dessa pesquisa. Visto que comunicação e saúde se configuram como um campo de conhecimento bastante consolidado e com vastos trabalhos acadêmicos publicados, foi dada prioridade a estudos mais consistentes, como teses, dissertações ou artigos que se configuraram como desdobramento destas. Tal escolha também se justifica pelo entendimento de que esses trabalhos possuem determinado nível de maturação teórica e metodológica, que atendem de melhor maneira aos objetivos deste levantamento.

Optou-se pelo número de dez trabalhos, que foram lidos na íntegra e selecionados a partir da ênfase dada à articulação entre os dois campos, mídia e epidemia. Buscou-se observar as metodologias utilizadas, as perspectivas teóricas usadas como fundamentação, e, sobretudo, os resultados a que chegaram. Os estudos citados e comentados ao longo deste artigo, principalmente no próximo tópico, permitiram estruturar uma ideia geral de uma possível relação entre mídia e saúde nos artigos científicos.

6. MÍDIA E EPIDEMIA: COMO SE DEBRUÇA A ACADEMIA

A dissertação *Epidemia midiática: um estudo sobre a construção de sentidos na cobertura da Folha de S.Paulo sobre a febre amarela, no verão 2007-2008* (MALINVERNI, 2011) é exata para esta análise, pois é um estudo que se debruça acerca dos sentidos construídos sobre febre amarela no jornal Folha de S. Paulo entre 2007 e 2008. A hipótese do agendamento é usada com alicerce teórico para a discussão das práticas discursivas da mídia.

A pesquisa realizada através da metodologia da análise de discurso, indica que “a veiculação de repertórios interpretativos durante a cobertura jornalística conferiu novos sentidos à febre amarela, deslocando o evento de sua forma silvestre, espacialmente restrita e de gravidade delimitada, para a urbana, de caráter epidêmico e potencialmente mais grave.” (MALINVERNI, 2011).

Sob a perspectiva do agenda-setting, entendemos que o deslocamento de sentidos no caso da febre amarela 2007-2008 está fortemente vinculado aos processos de produção (*newsmaking*) típicos dos meios de comunicação de massa, sobretudo os “efeitos cumulativos”. [...] Em nossa análise, pudemos constatar que, a partir do momento em que o acontecimento amarílico ganhou relevância na agenda do jornal, a construção desse sentido se deu em razão da forte presença de dois conceitos: “acumulação”, uma vez que o assunto foi abordado continuamente em seguidas edições e por um longo período de tempo, e de “onipresença”, sendo exposto em diversas editoriais (sic), notadamente naquelas que dedicam maior espaço aos textos opinativos [...]. Nessa construção, a Folha de S.Paulo ao mesmo tempo em que impôs a febre amarela à agenda cotidiana dos seus leitores, determinou a maneira como a doença deveria ser interpretada: um evento potencialmente epidêmico, perigoso e letal (MALINVERNI, 2011).

De acordo com a autora o processo de agendamento da febre amarela na Folha de S.Paulo é responsável pela mudança de abordagem do problema, que passa de problema restrito geograficamente a regiões de floresta para o status de dilema urbano, com ênfase nos óbitos ocorridos. Para tal averiguação, a autora mapeia fontes consultadas, órgãos emissores das matérias, periodicidade e gêneros jornalísticos usados.

Esse estudo teve continuidade através da tese de doutorado *Epidemia midiática da febre-amarela: desdobramentos e aprendizados de uma crise de comunicação na saúde pública brasileira*, Malinverni (2016), porém, desta vez, com foco no processo de produção das notícias, ancorado teoricamente, sobretudo, pela perspectiva do *newsmaking*, abordagem teórica constituída na década de 1950, nos Estados Unidos, que busca responder “por que as notícias são como são” a partir das rotinas do trabalho jornalístico, seus processos de trocas, negociações e partilhamentos de informações entre jornalistas, bem como os constrangimentos e condicionantes provenientes do ambiente de trabalho (WOLF, 2005, p.177) O segundo trabalho de maior relevância, foi a dissertação de Luiz Ferraz, *Epidemia e memória: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue* (FERRAZ, 2010), inserida no campo da Comunicação, e que se propõe a analisar a cobertura dos casos de dengue no Jornal do Commercio. Utilizando o método da análise de discurso, o autor mapeou os discursos e suas fontes/vozes. Os resultados desse estudo apontaram que a dengue foi

agendada pelo Jornal do Commercio de forma contínua, porém, com mais intensidade nos momentos de epidemia, e que as fontes consultadas sobre o assunto (poder público, cidadão, médicos, cientistas e pacientes) e suas posições na narrativa dependeram do contexto momentâneo da doença.

Pelo material analisado, constatamos que a epidemia costuma ser priorizada pela imprevisibilidade, novidade, peso social, proximidade geográfica, impacto sobre o público e perspectiva de evolução do acontecimento, praticamente todos os critérios que norteiam a noticiabilidade de um fato. A elaboração de um diagrama midialógico da dengue como instrumento de monitoramento do noticiário da mídia em paralelo à evolução dos casos nos ajudou a visualizar os momentos de superexposição da doença, bem como os períodos de “silêncio”, reconhecendo que a dengue é uma doença sazonal não apenas do ponto de vista epidemiológico, como também midiático (FERRAZ, 2010).

Já o terceiro trabalho selecionado foi *H1N1 E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA MÍDIA: A epidemia de 2009 nas páginas de O Globo, Extra e Expresso* (SILVA, 2012).. O estudo também se debruça sobre a narrativa por meio da análise de discurso e através da delimitação de sete momentos considerados marcantes – a saber: o surgimento da doença, as primeiras suspeitas de contaminação, a confirmação dos primeiros casos, o anúncio de pandemia, a primeira morte no Brasil, a primeira morte no Rio de Janeiro e o início do declínio dos casos de contaminação. Em cada um desses momentos, é realizado o mapeamento de como as “vozes presentes no noticiário se articularam e quais estratégias enunciativas foram utilizadas pelos veículos para dar sentidos à epidemia naquele momento.” (SILVA, 2012).

A autora constatou que a agenda midiática foi construída de modo que ocorreu determinado estímulo ao medo a partir das versões e enquadramentos selecionados e apresentados. A quantificação diária das vítimas foram os grandes norteadores dessas coberturas e pontos em comum dos três jornais analisados.

O material analisado propiciou observar que em alguns momentos o noticiário era volumoso e em outros se reduzia até desaparecer por completo das páginas por alguns dias, e este movimento se deu principalmente em associação aos números maiores ou menores de casos de contaminação ou de mortes a relatar. Ou seja: entendo que a maior disposição dos jornais ao noticiar a H1N1 acontecia, de modo geral, conforme se confirmavam mais casos de contaminação e depois quando iam aparecendo mais mortes. [...]. Outro aspecto importante a ressaltar é que predominaram na cobertura dos três jornais as fontes oficiais, os especialistas médicos e os especialistas anônimos – estes evocados principalmente para validar as teses dos veículos a respeito da gravidade da pandemia (SILVA, 2012).

Outro trabalho de relevância para esse mapeamento foi o de Menezes (2014), *As Imagens do SUS na Mídia Impressa: um estudo dos Jornais O Popular, Diário da Manhã e O Hoje*, impressos de Goiânia. Embora não trate especificamente de epidemias na mídia, o estudo parte da perspectiva do agendamento midiático de um órgão (SUS) bastante relacionado às epidemias durante a cobertura destas. Tomando como base a cobertura jornalística sobre os serviços públicos de saúde, esse artigo analisa como e de que maneira o Sistema Único de Saúde (SUS) é retratado pela mídia impressa em Goiânia. O estudo é realizado a partir de notícias coletadas durante um semestre em três jornais diários da capital, na tentativa de identificar quais temas são discutidos e como os serviços de saúde gerenciados pela prefeitura de Goiânia aparecem na mídia impressa. Tendo como aporte metodológico uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos destas matérias, a pesquisa aponta determinado desconhecimento por parte da mídia do conjunto de serviços prestados pelo SUS cujo principal enfoque da cobertura jornalística são as unidades de saúde, negligenciando os demais serviços prestados pelo sistema.

A repetição de temas é comum na imprensa, em razão da própria rotina de produção de notícias. Saúde, e neste caso saúde pública, é retratada pelo cotidiano, sem detalhamento de informações e poucas matérias de serviço. Isso contribui com a dificuldade da Secretaria em conscientizar a população sobre o SUS e reorientar o atendimento, ou seja, na própria educação em saúde. Falta à mídia uma compreensão melhor do que é o SUS, como funciona e de que maneira o indivíduo pode acessar, participar e contribuir com o sistema (MENEZES, 2014).

Ainda em 2014 foi publicado o artigo *Mídia, saúde e poder: um jogo de representações sobre dengue*, de Edlaine Faria de Moura Villela e Delsio Natal, ambos pesquisadores no campo da Saúde Pública. O trabalho versa sobre a cobertura e os sentidos produzidos pela mídia sobre a primeira epidemia de dengue, em Ribeirão Preto/SP, na década de 1990. A análise foi feita nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e A Cidade, e das revistas Veja e Revide. O método usado foi a análise de discurso, a qual demonstrou que os veículos jornalísticos, por meio das fontes de informação oficiais, apontaram a população como causadora da epidemia.

O subtema mais apresentado foi o papel das autoridades políticas e sanitárias. Destaca-se que tal subtema não traz contribuições para aprimorar o conhecimento da comunidade sobre a doença a fim de possibilitar a prevenção, e não foi abordado de forma que pudesse, pelo menos, estimular a população a questionar atitudes e hábitos para auxiliar no processo de

controle da doença [...]. Os leitores podem ter sido incentivados a assumir uma postura de passividade diante da situação. Isso porque a mídia trazia um conteúdo informativo que não só culpava o governo, mas também criticava o posicionamento da população (VILLLELA; NATAL, 2014).

Mais recentemente, a assiduidade de notícias relacionadas à epidemia de zika vírus, considerando também as matérias sobre a microcefalia, resultou o trabalho de Libânio (2017), intitulado de *Focos do aedes aegypti x Zika vírus: Análise de discursos sobre a epidemia nos jornais impressos teresinenses*. O estudo observou os discursos presentes nos dois principais jornais de Teresina, de acordo com o índice de veiculação: Diário do Povo do Piauí e Meio Norte. Dessa forma, constatou-se que o tema foi agendado a partir dos releases das assessorias de imprensa de órgãos oficiais de saúde, ligados, sobretudo, à prefeitura.

Por fim, foi notado de forma clara a influência de alguns órgãos na veiculação das notícias, sendo os releases desses órgãos os meios pelos quais os jornais foram pautados para produzirem as suas matérias (LIBÂNIO, 2017).

A epidemia da dengue na mídia também foi objeto de estudo do artigo de Gomes; Ferraz (2017), sob o título *O Discurso da Epidemia na Mídia*. A discussão é engendrada sobre os efeitos de sentido produzidos pela imprensa, partindo do pressuposto do potencial simbólico cujo jornalismo detém na produção de sentidos e imaginários sociais que, por vezes tendem à espetacularização. Os autores pontuam que “a memória discursiva das antigas pestes se faz presente no discurso jornalístico atual” sobre outras epidemias.

O universo de representações e valores que envolvem uma epidemia diz muito de uma sociedade. A partir da relação material e subjetiva do homem com essas ocorrências epidemiológicas, conhecemos um pouco mais da História em suas diferentes perspectivas: social, política, econômica e cultural. Constatamos como os saberes, costumes, mitos e medos fazem parte do conjunto de representações sociais do corpo sadio ou do corpo doente e da ideia sobre o perigo de adoecer (DONALÍSIO, 1999), tendo as mídias como principais difusoras de informação sobre as doenças na atualidade (GOMES e FERRAZ; 2017).

Considerada uma das epidemias mais devastadoras do mundo, que atinge, sobretudo, populações e territórios menos favorecidos, a tuberculose foi objeto de estudo da dissertação de mestrado de Lindner (2011), intitulada *QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA: Conceitos, percepções e representações de Saúde e Doença na Mídia: o Caso da Tuberculose*. Sob uma ótica do jornalismo como produtor de sentidos, valores e hierarquia de valores, a pesquisa, a partir da análise do discurso, analisou a formação de sentido de saúde e

doença em 19 textos jornalísticos sobre tuberculose, que foram manchetes em dois jornais do Rio de Janeiro (O Globo e Jornal do Brasil) e São Paulo (O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo), no ano de 2009.

Como resultado, o estudo apontou que a tuberculose foi tratada, por meio de fontes oficiais, como uma questão grave de saúde pública que deve ser resolvida pelo Estado. Com predomínio de fontes oficiais, a exemplo de médicos e cientistas, e a pouca presença de pacientes, familiares e pessoas envolvidas com a causa.

Outra contribuição relevante foi o trabalho *O saber médico e o jornalismo especializado em saúde: como uma epidemia se torna notícia*, de Miranda (2017), publicado na *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. O trabalho investigou como os casos de microcefalia passaram de fato a notícia, no Brasil, a partir da narrativa de cinco notícias veiculadas, “em diferentes portais de notícia (os nacionais Folha de São Paulo e G1 e os de origem estrangeira El País e BBC) e selecionadas a partir do aplicativo Google News”, que automaticamente elenca os textos de maior e menor relevância de acordo com o termo pesquisado (no caso desse estudo, a ênfase foi nas palavras ‘Zika vírus’ e ‘microcefalia’ (MIRANDA, 2017, P.3).

Segundo a autora, uma das principais características do campo do jornalismo especializado em saúde, é a dependência de fontes técnicas especializadas (experts) para se constituir e produzir conhecimento. De forma mais ampla, compreendemos que seus produtos amplificam e reforçam o saber e o poder advindos da medicina (MIRANDA, 2017). Apoiando-se na noção de Michel Foucault (1978) sobre a educação do perigo e cultura do perigo como características do liberalismo e força motriz da biopolítica, a autora ao buscar compreender o poder que o saber médico exerce, sublinha que

no caso do jornalismo especializado, entendemos que, como produto híbrido, ele é capaz de evidenciar enunciados de verdade, escondendo ou camuflando mecanismos de poder que emanam do saber médico, o que aumenta ainda mais sua eficácia e caráter positivo. Assim, em um caso de epidemia, por exemplo, não raras vezes os produtos jornalísticos participarão dessa teia como dispositivos capazes de assegurar a regulação e o controle. (MIRANDA, 2017, P.8).

Os conceitos de medicalização da sociedade e biopolítica são discutidos por meio da identificação de três diferentes momentos, o primeiro, de caráter alarmista do Estado ao anunciar a epidemia; o segundo, de caracterização da doença e de busca de explicações médico-científicas; e o terceiro, mais ligado à noção de combate e prevenção, quando se

discute o que deve ser feito por parte do Estado. Na visão desse estudo, a relação entre o jornalismo especializado em saúde e o saber médico enquanto verdade inquestionável, equivale a um dispositivo de controle e regulação da sociedade, uma vez que fortalece à governamentalidade e à biopolítica, conceitos criados por Foucault (1978), que, em suma, representam uma “grande medicina social” em que é prescrito à população de que modo ela deve viver, se alimentar, se higienizar, viver a sexualidade, etc, a fim de controlar a vida: a vida faz parte do campo do poder.

A partir dos trabalhos levantados, conceitualmente pode-se afirmar que as epidemias são estudadas pelas narrativas e discursos construídos, nos quais são observadas as representações e relações de poder presentes. Como observado, as notícias sobre epidemias são agendadas por meio de fontes oficiais, costumeiramente médicos, cientistas e representantes de órgãos públicos de saúde. A análise de discurso foi o aporte metodológico encontrado em todos os trabalhos analisados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi discutido ao longo deste artigo, as informações sobre saúde se constituem como conhecimentos indispensáveis para a sociedade, tanto na esfera individual como coletiva. O jornalismo, como visto no referencial teórico que fundamenta este trabalho, cumpre papel importante de mediar essas informações até a audiência.

Os trabalhos analisados demonstraram os trajetos percorridos por pesquisadores do campo da Comunicação e Saúde no que diz respeito às epidemias na mídia, enquanto objeto de estudo, entre 2010 e 2017. As análises do corpus empírico foram pela análise de discurso, observando, quase sempre, os sentidos e imaginários produzidos pelas narrativas jornalísticas, ancorando-se em modelos teóricos como a teoria da representação, teoria da interpretação, teoria do poder, pela hipótese do agendamento, enquadramento. Nesses estudos existe a tendência de estudar as relações de poder entre jornalista/audiência em que os leitores são vistos de maneira submissa frente ao enunciador. No entanto, apesar de diagnósticos críticos relevantes sobre a atuação da mídia na cobertura de epidemias, os trabalhos analisados não são propositivos no que diz respeito a uma nova configuração de prática jornalística mais qualificada sobre a temática.

Mesmo que a intenção inicial deste trabalho tenha sido a de verificar os percursos teóricos e metodológicos traçados nas pesquisas acadêmicas que articulam jornalismo e

epidemia, encontrar lacunas e refutar escolhas científicas contribui com o avanço e solidez dos próximos estudos do campo da Comunicação e Saúde.

8. REFERÊNCIAS

- ANDERSON C.W., BELL, Emily, SHIRKY, Clay. **Post- Industrial Journalism: Adapting to the present**. Columbia Journalism School, Tow Center for Digital Journalism, 2012. Disponível em <http://towcenter.org/wp-content/uploads/2012/11/TOWCenterPost_Industrial_Journalism.pdf > // Disponível também em português no link da Revista da ESPM, a partir da página 30:[http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5/file s/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf](http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5/file%2Fs/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf)
- BUENO, Wilson da Costa. **A cobertura de saúde na mídia brasileira: sintomas de uma doença anunciada**. Comunicação & Sociedade, v. 22, n. 35, p. 187-210, 2001.
- CAVACA, Aline Guio; VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto. **Doenças midiaticamente negligenciadas: uma aproximação teórica**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 52, 2015.
- COLLING, Leandro. **Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, PUC-RS, n. 14, p. 88 – 101, 2001.
- DE MIRANDA, Amanda Souza. **O saber médico e o jornalismo especializado em saúde: como uma epidemia se torna notícia**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 11, n. 2, 2017.
- DO CARMO LUIZ, Olinda. **Ciência e risco à saúde nos jornais diários**. Annablume, 2006.
- FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. **Epidemia e memória: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue**. 2010, 250p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Recife, 2010.
- FOUCAULT Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martin Fontes; 2008.
- FRANCISCATO, Carlos E. **A Fabricação do Presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. 274 p.
- GENRO FILHO, Adelmo et al. **O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)**. 1987.
- GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 290 p.
- _____, Josenildo Luiz. **Transparência editorial: a credibilidade jornalística à luz dos**

sistemas de gestão da qualidade. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. 2014.

GOMES, Denise Cristina Ayres et al. **Tecnologia do imaginário: o jornalismo como promotor das doenças mentais.** 2016. [Tese de doutorado]

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. **O Discurso da Epidemia na Mídia.** Gláuks - Revista de Letras e Artes, [S.l.], v. 10, n. 01, p. 15-38, jul. 2016. ISSN 2318-7131. Disponível em: <<http://www.brazilianstudies.com/ojs/index.php/glauks/article/view/355>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

HERZLICH, C. **Saúde e doença no início do século XXI: Entre a experiência privada e a esfera pública.** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 383-394, jul./dez. 2004.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. The Elements of Journalism. **What Newspeople should Know and the Public Should Expect.** Crown Publishers: News York, 2001, 205 p.

LIBÂNIO, Jéssica Araújo; LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. **Focos do aedes aegypti x Zika vírus: Análise de discursos sobre a epidemia nos jornais impressos teresinenses.** XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza, 2017.

LINDNER, Liandro da Cruz. **Quem fala, o que fala e como fala: conceitos, percepções e representações de Saúde e Doença na Mídia: o caso da tuberculose.** 2011. Dissertação (Mestrado em PPGICS) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

LOPES, Felisbela; RUÃO, Teresa; MARINHO, Sandra. **Gripe A na Imprensa Portuguesa: uma doença em notícia através de uma organizada estratégia de comunicação.** Observatorio (OBS*), v. 4, n. 4, 2010.

MACHADO, Elias. **Dos Estudos sobre o Jornalismo às teorias do Jornalismo (Três Pressupostos para a Consolidação do Jornalismo como Campo de Conhecimento).** E-Compós – Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós - Graduação em Comunicação. Ed.1, dez 2004. Disponível na Internet: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Data de acesso: 13 de julho de 2017.

MALINVERNI, Cláudia. **Epidemia midiática: um estudo sobre a construção de sentidos na cobertura da Folha de S.Paulo sobre a febre amarela, no verão 2007-2008.** São Paulo. 2011. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- MENEZES, Kalyne; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **As Imagens do SUS na Mídia Impressa: um estudo dos Jornais O Popular, Diário da Manhã e O Hoje**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Distrito Federal, 2014.
- NUNES, João; NACIF PIMENTA, Denise. **A epidemia de Zika e os limites da Saúde Global**. Lua Nova, n. 98, 2016.
- SILVA, Tania Regina Neves. **H1N1 E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA MÍDIA: A epidemia de 2009 nas páginas de O Globo, Extra e Expresso**. Rio de Janeiro, 2012.
- VILLELA, Edlaine Faria de Moura; NATAL, Delsio. **Mídia, saúde e poder: um jogo de representações sobre dengue**. Revista Saúde e Sociedade. 2014, vol.23, n.3, p.1007-1017.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.